



CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS
2ª CÂMARA DE JULGAMENTO

ATA DA 40ª (QUADRAGÉSIMA) SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL, REALIZADA POR VIDEOCONFERÊNCIA, DA 2ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS DO ESTADO DO CEARÁ DO ANO 2020.

Aos 18 (*dezoito*) dias do mês de dezembro do ano 2020 (*dois mil e vinte*), às 8h 30min. (*oito horas e trinta*), após verificado o quórum regimental estabelecido no art. 52 do RICRT/CE, e amparado pela Portaria nº 158, de 12 de junho de 2020, que regulamenta a realização de sessão de julgamento não presencial por meio de videoconferência, foi aberta a 40ª (*quadragésima*) Sessão Ordinária Virtual da 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários do Estado do Ceará, sob a Presidência do Dr. Francisco José de Oliveira Silva. Presentes à Sessão os Conselheiros Henrique José Leal Jereissati, Maria Elineide Silva e Souza, Eliane Resplande, José Alexandre Goiana de Andrade, Wander Araújo de Magalhães Uchôa e Maria do Socorro Correia Silva. Também presente, o Procurador do Estado, Dr. Ubiratan Ferreira de Andrade. Presente ainda, secretariando os trabalhos da Câmara, a Sra. Silvana Rodrigues Moreira de Souza. Iniciada a sessão, foi aprovada a Ata da sessão anterior e as resoluções e despachos referentes aos processos de números: 1/880/19 – Relatora: Eliane Resplande; 1/998/17 – Relatora: Jucileide Maria Silva Nogueira; 1/5222/17, 1/328/18, 1/2438/13, 1/3082/18, 1/2460/18, 1/3212/18, 1/1138/13, 1/3059/18, 1/4786/17, 3708/17 – Relator: Henrique José Leal Jereissati; 1/2427/18 – Relatora: Maria Elineide Silva e Souza, 1/3052/18 – Relator: Wander Araújo de Magalhães Uchôa. Passando à **ORDEM DIA**, foram apreciados os seguintes processos: **Processo de Recurso nº 1/6026/2017 – Auto de Infração: 1/201716356. Recorrente: KSB COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES EIRELI – ME. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relatora: CONSELHEIRA MARIA DO SOCORRO CORREIA SILVA. Decisão:** Na forma regimental, o Sr. Presidente **sobrestou** o julgamento do processo, acatando as razões apresentadas pela Conselheira Relatora. **Processo de Recurso nº 1/6025/2017 – Auto de Infração: 1/201716361. Recorrente: KSB COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES EIRELI - ME. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relatora: CONSELHEIRA MARIA ELINEIDE SILVA E SOUZA. Decisão:** A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, negar-lhe provimento, para confirmar a decisão **condenatória** exarada em 1ª Instância, nos termos do voto da Conselheira Relatora, e de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, referendado, em sessão, pelo representante da Procuradoria Geral do Estado. **Processo de Recurso nº 1/6029/2017 – Auto de Infração: 1/201716345. Recorrente: KSB COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES EIRELI – ME. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relator: CONSELHEIRO JOSÉ ALEXANDRE GOIANA DE ANDRADE. Decisão:** A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, negar-lhe provimento, para confirmar a decisão **condenatória** exarada em 1ª Instância, nos termos do voto da Conselheira Relatora, e de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, referendado, em sessão, pelo

representante da Procuradoria Geral do Estado. **Processo de Recurso nº 1/6030/2017 – Auto de Infração: 1/201716339. Recorrente: KSB COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES EIRELI – ME. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relatora: CONSELHEIRA ELIANE RESPLANDE. Decisão:** A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, para deliberar sobre as seguintes questões apresentadas pela parte: **1. Com relação a alegação de decadência do direito do Fisco efetuar o lançamento fiscal, com fundamento no art. 150, § 4º, do CTN** – Foi afastada, por unanimidade de votos, tendo em vista que no presente caso, a regra de contagem do prazo decadencial é a prevista no art. 173, I, do CTN. **2. No mérito**, também por unanimidade de votos, a 2ª Câmara de Julgamento resolve negar provimento ao recurso interposto, para confirmar a decisão condenatória exarada em 1ª Instância, nos termos do voto da Conselheira Relatora e de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, adotado, em sessão, pelo representante da Procuradoria Geral do Estado. **Nada mais havendo a tratar**, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, tendo antes convocado os membros da Câmara a participarem da próxima sessão ordinária virtual, a realizar-se no dia 25 de janeiro de 2021, às 8h30min. (*oito horas e trinta minutos*). E para constar, eu, Silvana Rodrigues Moreira de Souza, Secretária da 2ª Câmara, lavrei a presente ata que vai por mim subscrita e assinada pelo Presidente da Câmara de Julgamento, na forma do parágrafo único do art. 13 da Portaria nº 158/2020, de 12 de junho de 2020.

Francisco José de Oliveira Silva
PRESIDENTE DA 2ª CÂMARA

Silvana Rodrigues Moreira de Souza
SECRETÁRIA DA 2ª CÂMARA